



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 02 de Outubro de 2019

USP terá centro de inteligência artificial

Consórcio liderado pela universidade venceu edital da IBM com a Fapesp

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

Um consórcio liderado pela Universidade de São Paulo (USP) saiu vitorioso no edital da IBM com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para a criação de um Centro de Inteligência Artificial no Brasil.

O projeto, com duração máxima de dez anos, deve implicar investimentos anuais de até US\$ 1 milhão - metade por parte de cada fomentadora.

Em contrapartida, a USP deve oferecer instalações físicas - a sede ficará na Cidade Universitária, na zona oeste da capital paulista -, bem como laboratórios e profissionais (professores, técnicos e administradores).

O centro será voltado para a pesquisa e o desenvolvimento de algoritmos e sistemas de inteligência artificial, com foco em recursos naturais (óleo e gás, por exemplo), saúde, agronegócio, ambiente e setor financeiro. A IBM tem também especial interesse em avançar no repertório em português de processamento de linguagem natural (capacidade de máquinas entenderem seres humanos).

Serão produzidas tanto pesquisas básicas (para formação de conhecimento) quanto aplicadas (para desenvolvimento de produtos), além de estratégias de transferência dessas tecnologias entre academia e empresas.

A ideia é que o centro possa explorar ainda as implicações socioeconômicas da inteligência artificial na sociedade, contribuindo para debates que envolvam questões sobre ética, regulação, privacidade e trabalho.

Fabio Cozman, professor da Escola Politécnica (Poli-USP), será o coordenador de uma equipe de mais de cem pesquisadores, que conta também com grupos de profissionais do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e das particulares FEI, PUC-SP e Mackenzie.

O projeto reunirá nomes de peso como Marcelo Finger, de ciência da computação do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP), José Eduardo Krieger, da área de cardiopneumologia da Faculdade de Medicina da USP, e Glauco Arbix, coordenador do Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

‘Farra do ensino a distância em pedagogia preocupa’



Priscila Cruz: “A melhor política para educação básica que o MEC pode fazer é a formação inicial dos professores” — Foto: Sílvio Zamboni/Valor

Priscila Cruz, do Todos pela Educação, defende fim do ensino a distância para professor e nota de corte no Enem

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

A proliferação do ensino a distância nos cursos de pedagogia e a falta de ação do Ministério da Educação (MEC) para coibir isso é hoje o sinal mais preocupante das políticas públicas na área, diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

“A melhor política para educação básica que o MEC pode fazer é a formação inicial dos professores”, acrescenta. Segundo ela, o EaD está “estrangulando” o país ao despejar profissionais despreparados nas redes de ensino, num contexto em que mesmo os cursos de pedagogia presenciais estão longe de formar

adequadamente os professores.

“20% dos alunos que vão para cursos de pedagogia e licenciatura têm nota entre 450 e 500 no Enem, não poderiam nem ter diploma de ensino médio. O que está vindo [essa nova leva de profissionais] me desanima”, diz.

Segundo ela, essa modalidade deveria ficar restrita aos cursos essencialmente teóricos. “Falava-se muito sobre a farra do Fies, certo? Para mim, a farra mais forte hoje é a do EaD nas universidades privadas que estão formando professor”, afirma Priscila.

A presidente do Todos Pela Educação explica que, hoje, o país erra em todas as etapas da carreira de professor. “Você está atraindo mal os alunos para um curso com péssimo currículo, a distância, sem prática nenhuma, e esse professor acaba indo

parar na rede de ensino”, afirma.

Para reverter esse cenário, ela defende duas medidas. “Primeiro, colocar para funcionar um dispositivo que já está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que é nota de corte no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] para ingresso na licenciatura”, diz. O segundo passo é avançar na criação de uma base docente, um marco regulatório para explicitar o que devem aprender os futuros professores.

Parte desse gargalo começou a ser desatado no fim do ano passado, ainda na gestão de Rossieli Soares no MEC, e avançou nas últimas duas semanas. O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão ligado à pasta e que cuida do arcabouço normativo da educação pública, colocou em consulta pública a minuta das diretrizes para a formação de docentes.

Entre as mudanças, está a exigência de inclusão de residência na carreira, como já acontece hoje em cursos como medicina, prática que seria diluída nos quatro anos de graduação. Depois de recebidas as sugestões, o CNE vai reescrever o documento e então encaminhá-lo ao MEC.

“Com isso, o MEC estaria dizendo às universidades que, para ter um curso de pedagogia, alguns parâmetros devem ser garantidos e as instituições serão cobradas por isso no





futuro”, diz. Apesar das sinalizações positivas do documento apresentado pelo CNE, não há nenhuma diretriz que aborde a expansão do EaD.

Mudar a carreira de professor também passa por uma revisão geral das regras do funcionalismo, lembra Priscila. De acordo com ela, o indicado é atrelar a progressão ao desenvolvimento das competências do docente, como fazem os países bem-sucedidos nisso - Austrália, Chile e Reino Unido, por exemplo. Hoje, o tempo de serviço e as titulações estão entre os principais critérios para avanço na carreira docente.

Mesmo que se avancem nos aspectos burocráticos dessa e de outras iniciativas, Priscila vê com ceticismo a chance de mudanças relevantes na educação por causa da retórica contundente do ministro Abraham Weintraub. “Hoje, temos um ministro que briga com universidade, com aluno. Ele minou a legitimidade para fazer esse tipo de mudança.”

Em sua avaliação, uma consequência dessa postura é que o MEC perdeu o protagonismo na execução das políticas educacionais e o que existe hoje de avanço ocorre por aproximação entre os Estados e os municípios.

“Se o governo federal seguisse o lema deles, que é ‘Menos Brasília, Mais Brasil’, ele iria fazer uma gestão pautada por parâmetros educacionais mais altos e apoio a Estados e municípios na direção das políticas que você tem uma evidência forte de resultados educacionais”, afirma Priscila.

Outro tema crucial para as políticas públicas que deve ganhar atenção nos próximos meses é a renovação do Fundeb, principal fonte de financiamento para a educação básica e cuja reformulação precisa ser aprovada pelo Congresso antes do fim de 2020.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da relatora Dorinha Seabra (DEM-TO) prevê, conforme antecipou o Valor no início de setembro, elevar de 10% para 40% a complementação da União ao Fundeb, medida que é considerada fiscalmente inviável pelo governo federal.

Por essa sugestão, passaria de R\$ 15 bilhões para R\$ 60 bilhões o repasse da União. O Todos pela Educação defende passar a complementação de 10% para 15%, com objetivo de tirar 40% dos municípios de um estágio de subfinanciamento crônico da educação. O percentual é o mesmo que defende o MEC.

Nesse grupo de municípios, investe-se menos de R\$ 4,3 mil por aluno ao ano, condição que, mesmo com boa gestão dos recursos, é inviável atingir bons níveis de aprendizagem. “O primeiro passo é ser mais redistributivo, evitar as distorções, acabar com o subfinanciamento e ter regras para induzir mais qualidade no uso desse dinheiro”, afirma ela.

Para isso, Priscila defende que migre-se do modelo atual, que distribui a complementação a partir das

receitas estaduais, para um sistema que observe cada município da federação.

Se houver espaço fiscal para ir além dos 15% de complementação, Priscila sugere atrelar isso a indicadores de qualidade. Para ter acesso aos recursos extras, as redes teriam de mostrar evolução em métricas a serem definidas em lei de regulamentação a ser debatida após aprovação da PEC do Fundeb. “Criar camisa de força para gestão na ponta na Constituição não é o tema.”

Uma delas seria proibir indicação política para o cargo de diretor de escola. “75% dos municípios têm indicação política para o cargo”, diz. Hoje, só o Estado de São Paulo usa concurso público para preencher essas vagas.

Um possível obstáculo para avançar no debate sobre o Fundeb é a forte polarização que acomete o país, destaca Priscila. “A turma que defende que é preciso mais recursos para educação olha para a turma da gestão como inimiga e vice-versa. E, no fim das contas, a gente precisa de das duas coisas combinadas”, diz ela. “O discurso por mais recursos sem olhar para o resultado final é populista e vazio.”

Segundo ela, também existe uma confusão sobre o que é priorizar as políticas públicas para a área. “De vez em quando alguns economistas falam ‘mas já tem prioridade, já investimos 6% do PIB em educação’. Mas isso significa que temos um esforço fiscal grande, não que estamos priorizando educação.”

União avalia aumentar orçamento do Bolsa Família

Medida tem por objetivo acabar com as filas para se cadastrar no programa, para o qual estão reservados R\$ 29,4 bi este ano

O Ministério da Economia avalia aumentar o orçamento destinado ao Bolsa Família este ano. O objetivo é acabar com a fila que voltou a se formar, o que não ocorria desde 2017. Para isso, no entanto, será preciso conseguir uma folga no Orçamento federal, que ainda tem cerca de R\$ 24 bilhões em recursos bloqueados para os ministérios.

O Bolsa Família voltou a registrar filas para cadastro de novos beneficiários este ano por causa da falta de recursos, conforme revelou o jornal Folha de S. Paulo. A fila de espera se forma quando as respostas demoram mais de 45 dias.

Neste ano, o orçamento do Bolsa Família é de R\$ 29,4 bilhões. Até setembro, já foram pagos R\$ 22,7 bilhões. Para 2020, estão reservados R\$ 30 bilhões. Nesses valores, porém, não está incluída uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, de criar um 13º pagamento para o Bolsa Família. Esse pagamento não está previsto hoje, e o governo precisa editar uma medida provisória para que ele passe a valer.

Em nota, o Ministério da Cidadania confirmou que, nos últimos meses, houve redução na inclusão de famílias, mas não informou quantas estão na fila. (Manoel Ventura)

LIMITE SALARIAL

USP, Unicamp e Unesp brigam por aumento de teto para conter saída de professores

ANA LETÍCIA LEÃO

analeao@edglobo.com.br

SÃO PAULO

As três universidades estaduais de São Paulo querem rediscutir o teto salarial dos professores no estado para conter a debandada de profissionais para universidades particulares e federais. O teto de rendimento dos docentes nessas instituições segue o salário do governador, atualmente fixado em R\$ 23.048,59. Nas federais e em alguns estados, chega a R\$ 39 mil, equiparado a salários de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — referência para o teto do funcionalismo público federal. Caso essa diferença de cerca de 40% não seja reduzida, os reitores de USP, Unicamp e Unesp temem que a saída de profissionais de seus quadros seja agravada.

O teto voltou a ser destaque neste semestre, quando as universidades começaram a cortar os salários que estavam acima do valor fixado em lei. Ao menos 1,2 mil professores da ativa tiveram parte de seus ganhos reduzidos nas três escolas. Na USP, houve casos em que a redução chegou a R\$ 5 mil. Outros 1.427 aposentados dessas três instituições também foram afetados pelos cortes.

— É evidente que um teto de R\$



23 mil no Brasil é um salário alto, mas estamos falando de uma carreira extremamente qualificada, de 20 anos de formação do profissional que dedicou a vida ao ensino público. Precisamos atrair e manter as pessoas boas, e não incentivar uma fuga de cérebros para outros locais—afirma o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

Knobel pontua que o teto paulista é o mais baixo do país. Os maiores tetos das universidades estaduais estão hoje no Espírito Santo, Pará, Paraná, Rondônia e Tocantins, proporcionais aos rendimentos dos ministros do STF. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o teto é R\$ 36.064, equiparado ao salário de um desembargador.

Para o reitor da Unesp, Sandro Valentini, a tendência é que áreas mais aquecidas, como Medicina, Economia e Engenharia, percam

cada vez mais profissionais interessados na vida acadêmica em São Paulo:

— Estamos comparando coisas incomparáveis, uma carreira em que é preciso demonstrar mérito com o subsídio de um governador—crítica Valentini.

PROMOÇÃO ‘ARCAICA’

É o caso do professor de economia do Insper (instituição de ensino superior e de pesquisa sem fins lucrativos), Fabio Sanches, de 40 anos. Após dar aulas em tempo integral na USP por quatro anos, saiu quando recebeu propostas de escolas particulares. Ele pondera, entretanto, que o teto salarial não é o único entrave ao professor universitário estadual:

— As promoções nas universidades estaduais não dependem, por exemplo, de quantos





artigos estamos publicando em revistas científicas. É necessário fazer vários concursos internos para se promover, e isso é uma coisa arcaica. É como se a publicação fosse diluída em provas.

O teto remuneratório em São Paulo está determinado na Constituição Estadual de 1989, que diz que nenhum salário, incluindo gratificações e bonificações, deve ultrapassar o do governador. As três estaduais têm autonomia financeira de gestão, e o orçamento é financiado com parte da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Os salários superiores ao teto eram pagos a docentes que tinham mais tempo de casa ou recebiam bonificações, por exemplo.

No entanto, de acordo com as reitorias, os valores passaram a ser revistos após pressão do Tribunal de Contas do Estado, além de recorrentes multas aplicadas diretamente no nome dos reitores e da não homologação no TCE-SP de aposentadorias acima do teto. Segundo Knobel, também houve receio de os professores terem de devolver, de forma retroativa, os valores recebidos além do novo limite.

Segundo Vahan Agopyan, reitor da USP, pedir demissão era algo atípico na universidade, mas está cada vez mais frequente.

— Em 44 anos que estou aqui, nem 10% pediram demissão. Recentemente, começaram a pedir mudança de dedicação, sendo que na USP ficavam até se aposentar. Teve uma debandada muito grande, e muitos foram para instituições particulares.

Em nota, o governo de SP informou que “leva em conta o equilíbrio financeiro das contas estaduais e a lei de responsabilidade fiscal” para decidir sobre o aumento do vencimento do governador. Afirmou, ainda, que o governo “compreende e valoriza” os professores universitários e que “respeita a autonomia das universidades e não interfere na gestão administrativa, pedagógica e financeira”.

Entre janeiro e setembro deste ano, 39 docentes pediram demissão das três escolas. Em todo o ano passado, foram registradas 57 demissões. As aposentadorias não compulsórias, ou seja, antes dos 75 anos, somam 346 de janeiro a setembro de 2019, contra 380 em todo o ano passado.

“Um teto de R\$ 23 mil é um salário alto, mas estamos falando de uma carreira _ qualificada” Marcelo Knobel, reitor da Unicamp

“Teve uma debandada muito grande, e muitos foram para instituições _ particulares” Vahan Agopyan, reitor da USP

Coordenadora de escola do RS vence Educador Nota 10

Gestora de instituição municipal em Novo Hamburgo, Joice Lamb afirma ter aprendido a ouvir professores e alunos

Agestora escolar Joice Lamb, de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, é a vencedora do Prêmio Educador Nota 10 deste ano. Com o projeto “Aprender e compartilhar”, a educadora reforça a importância de enxergar as necessidades da escola como um todo, levando em consideração alunos, professores e pais.

“Hoje sou mais consciente da importância de cada um no processo educativo. Aprendi a ouvir professores e alunos e a tentar transformar essas falas em ações, e as ações, em projetos”, disse, ao receber o prêmio, na noite de anteontem, em São Paulo.

Para a educadora da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professora Adolfina J.M. Diefenthaler, o projeto busca desenvolver ações que reduzam as dificuldades dentro do ambiente escolar.

— Em 2012, era uma escola que tinha muitos problemas de vandalismo. Os jovens de 14 anos, por exemplo, que ainda estavam atrasados no fundamental, não conseguiam se expressar, e

acabavam fazendo isso nas paredes. A nossa primeira ação foi voltada para dar voz a todo mundo. Temos assembleias mensais onde todos podem se expressar e contar o que incomoda, para procurarmos juntos soluções.

CONVIVÊNCIA

A escola também é responsável pelo #foradacaixa, um projeto em que alunos de diferentes idades participam de atividades juntos. Neste ano, foi criado o recreio compartilhado, em que alunos de diferentes idades convivem no intervalo das aulas.

— A escola fica toda aberta, e os alunos podem ir aonde quiserem. Biblioteca, mesa de pingue-pongue, conversar com professores. São 780 alunos, dos 4 aos 14 anos.

O prêmio Educador Nota 10 reconhece professores, coordenadores e gestores de escolas públicas e privadas do país que tenham experiências pedagógicas de destaque nas escolas em que lecionam.

Dez trabalhos foram escolhidos entre 5 mil inscritos no 22º Prêmio Educador Nota 10. A láurea, de R\$ 15 mil, é uma iniciativa da Fundação Victor Civita, em parceria com Abril, Globo e Fundação Roberto Marinho.

Quinze estados e DF querem aderir a programa de escolas cívico-militares

MEC escolherá 54 instituições para implementar nova gestão, por R\$ 54 milhões anuais; no Sudeste, apenas Minas Gerais sinaliza interesse, e Ceará é único representante do Nordeste

FELIPE MOURA*
felipe.moura@hsh.globo.com.br
BRASÍLIA

DANIEL MARENCO/8-3-2019

Quinze estados e o Distrito Federal decidiram aderir ao programa de escolas cívico-militares lançado pelo Ministério da Educação (MEC). O balanço foi divulgado ontem pelo ministro Abraham Weintraub. No Nordeste, o Ceará surpreendeu a pasta e foi o único a demonstrar interesse. No Sudeste, apenas Minas Gerais pediu para fazer parte do programa. Todos os estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul aderiram ao projeto.

O plano do MEC é implementar o modelo cívico-militar em escolas que já existem, levando homens da reserva das Forças Armadas para atuar nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa. Para isso, o governo federal aplicará R\$ 1 milhão em cada uma das 54 escolas pilotos, que ainda não foram escolhidas, mas que já devem funcionar no novo modelo a partir de 2020.

Para o projeto, o governo federal destacou uma verba de R\$ 54 milhões anuais, que será utilizada para pagar os salários dos militares que irão trabalhar nas instituições. A informação é do próprio MEC, em resposta a um questionamento feito pelo site Fiquem Sabendo, por meio da Lei de Acesso à Informação.

'ERRO DE DIAGNÓSTICO'

O cálculo, explicou a pasta, foi feito considerando a necessidade de 18 militares para uma escola de mil alunos. Desses, um seria um oficial de gestão escolar (oficial superior), um oficial de gestão educacional (oficial subalterno/intermediário) e 16 monitores (1º sargento ou suboficial ou subtenente).

Os municípios dos 11 estados que não manifestaram interesse podem encaminhar novo pedido, mas será mais difícil, segundo a pasta. A preferência será dos municípios cujos estados se manifestaram. O prazo para as prefeituras começa na próxima sexta-feira e vai até 11 de outubro.

— É um programa muito importante. Tem uma demanda muito grande da população. As pesquisas mostram que mais de 80% das famílias querem que os filhos estudem em uma escola cívico-militar. Eu diria que, toda vez que visito uma escola, fico en-



Projeto piloto. Policiais militares, alunos e professores no Centro Educacional 1, da Cidade Estrutural, no DF, em março

cantado com o que vejo lá. A gente imagina que é uma coisa rígida, severa, dura. Pelo contrário, as crianças têm um sentimento de coleguismo, amizade. É muito fraternal — argumentou o ministro.

O objetivo é transformar 216 escolas, até 2023, em cívico-militares. Atualmente, o país tem 214 unidades funcionando nesse modelo, sem o auxílio do governo federal. O MEC afirma, em vídeos promocionais, que as escolas cívico-militares têm desempenho 20% mais alto do que as civis — que, somadas, chegam a 68 mil unidades. Mas educadores contestam o modelo. Segundo eles, não há evidências concretas de que esse tipo de instituição impulse bons resultados em termos de aprendizagem. Além disso, a medida seria uma política pontual, que atingiria poucos alunos:

— É um erro de diagnóstico gigantesco. O MEC tem que cortar programas importantes, que têm comprovação de que trazem resulta-

do, e está investindo num caminho sem evidência nenhuma. É uma escolha de motivação puramente ideológica — diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

O MEC argumenta, em um relatório, que a participação de militares na educação básica acontece no Brasil há 25 anos “a fim de garantir aos alunos um ensino fundamental e médio de qualidade, fundamentado em valores como: patriotismo, civismo, respeito aos símbolos nacionais, noções de hierarquia e de disciplina, valorização da meritocracia e outros”. Ainda de acordo com o documento, eles atuarão na função de tutoria (junto aos profissionais) e monitoria (junto aos alunos), e sua presença não implica a substituição do corpo docente nem dos demais profissionais da educação.

*Estagiário, sob orientação de Eduardo Bresciani

DF e 15 estados aderem ao projeto de escolas militares de Bolsonaro

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Quinze estados e o Distrito Federal fizeram a adesão ao projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL) para implementar escolas militares. Na região Sudeste, a mais rica do país, somente Minas Gerais declarou interesse.

O modelo das escolas cívico-militares, como são chamadas pelo MEC (Ministério da Educação), prevê a atuação de equipe de militares da reserva (seja policiais, bombeiros ou membros das Forças Armadas) na administração da escola.

Diferentemente das escolas puramente militares, que são totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de educação é que determinam o currículo escolar. Mas estudantes precisam usar fardas e seguir as regras definidas por militares.

O MEC prevê gastar R\$ 54 milhões só no próximo ano para a implementação do projeto piloto em 54 colégios. Cada uma receberá R\$ 1 milhão para adequações de infraestrutura e pagamento de pessoal. O plano é apoiar dentro

desse modelo 216 unidades até 2023. O país tem cerca de 140 mil escolas.

No Nordeste, somente o Ceará declarou interesse. Todos os estados do Norte, Cento-Oeste e Sul aderiram ao plano do governo.

Ainda não há definição das escolas que farão parte do modelo porque a etapa atual é de adesão dos governos. O MEC vai abrir o prazo, de 4 a 11 de outubro, para que as redes municipais possam declarar interesse.

As redes de ensino tiveram entre os dias 6 a 27 de setembro para fazer a adesão. A ideia é que cada estado receba duas escolas no projeto, mas, de acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, esse número pode subir de acordo com o panorama de adesão.

Oficialmente, o programa prevê a adesão voluntária das escolas, com aprovação de professores e famílias. O presidente Jair Bolsonaro, porém, já declarou que o modelo tem de ser imposto mesmo que haja oposição.

Weintraub disse apostar na alta

demanda pelo modelo para que a implementação ocorra somente onde há apoio. "A gente vai começar com quem estiver com as melhores condições para que haja um impacto social, e a demanda é gigantesca", disse o ministro em entrevista coletiva em Brasília nesta terça-feira (1º).

Apesar de 11 estados terem optado por ficar de fora, o ministro avaliou como positiva a aderência ao projeto.

São elegíveis ao modelo escolas do segundo ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e de ensino médio com ao menos 500 alunos e no máximo 1.000. O MEC pretende priorizar unidades em regiões mais pobres.

Escolas militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina.

Por outro lado, educadores se opõem à militarização da educação e à priorização de investimentos no modelo. Reportagem da Folha mostrou que as escolas militares e institutos federais com o mesmo perfil de alunos têm desempenho similar.

Adesão a escolas militares

Minervino Junior/CB/D.A Press - 15/2/19



Ideia é distribuir R\$ 1 milhão por estabelecimento público educacional que adotar o modelo no ano que vem

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem a adesão de 54 escolas públicas em quinze estados mais o Distrito Federal ao modelo de militarização de escolas públicas. Segundo o Ministério da Educação, todas as regiões do país terão estabelecimentos de ensino cívico-militares. O orçamento previsto é de R\$ 54 milhões para cada estabelecimento.

Todos os estados do Centro-Oeste, Norte e Sul aderiram ao modelo, mas nas demais regiões somente Ceará e Minas Gerais participarão. O Ministério da Educação vai abrir um novo período de adesão, para municípios, dos dias 4 a 11 de outubro. O objetivo é militarizar 216 escolas públicas até

2023.

A proposta é distribuir R\$ 1 milhão por escola, no próximo ano, para que seja feito pagamento de pessoal, melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e outras intervenções necessárias.

Os militares das Forças Armadas selecionados serão do quadro da reserva e receberão adicional de 30%, além dos vencimentos como aposentados. A duração mínima do serviço é de dois anos e a máxima, de 10 anos. Os estados poderão destinar militares dos Bombeiros e policiais para apoio.

“A gente pensa que é uma coisa rígida, severa, dura, pelo contrário, as crianças têm um sentimento de

coleguismo, de amizade, uma segurança. A criança fica mais segura de si. Vocês precisam ver como é bonito uma escola cívico-militar, é muito fraternal”, disse o ministro.

Entretanto, na avaliação de Catarina de Almeida Santos, professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, as questões escolares vão muito além de militarizar ou não as escolas e começam pela garantia de uma sociedade segura. “É preciso garantir a segurança em todos os lugares. Não é colocando a polícia que vai resolver os problemas da escola, pois ela (a escola) está inserida em um contexto geral. Além disso, mesmo que seja um ex-professor de escola militar, ele precisa se adaptar a um contexto civil”, explicou.

Para Catarina, a disciplina aplicada pelos policiais corresponde ao trabalho deles, e não ao de um ambiente escolar. “A violência nas escolas é reflexo do que acontece na sociedade. Militarizar as escolas é dizer que a família não tem a competência de exercer o seu papel, e a polícia vai fazer isso”, afirmou.

*Estagiária sob supervisão de Cláudia Dianni

GESTÃO COMPARTILHADA**Nove escolas aderem ao programa**

CAMILLA GERMANO
redacao@grupojbr.com

Um novo balanço, divulgado ontem (1º), pelo Ministério da Educação (MEC) apontou que quinze estados e o Distrito Federal aderiram ao modelo de escolas cívico-militares do governo federal. No DF, nove escolas já têm gestão compartilhada.

As regiões Centro-Oeste, Sul e Norte aderiram o projeto em todos os estados, enquanto nas regiões Nordeste e Sudeste apenas um estado em cada região escolheu por aderir ao programa, respectivamente Ceará e Minas Gerais. Para o ministro da Educação Abraham Weintraub, a adesão foi muito boa. "Estamos animados e vamos começar o projeto", afirma. Ele lembra que essa é uma das bandeiras presentes no programa de governo do presidente Jair Bolsonaro. "Agora está sendo implementado", ressalta.

A expectativa é que o modelo alcance, em 2020, 54 escolas. "A gente quer colocar as primeiras escolas onde todo mundo está de acordo. A gente quer que o caso seja um sucesso muito grande. Então, o ideal é começar pelos es-

tados que querem e pelos municípios que os prefeitos também querem", diz Weintraub.

Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias. Eles também irão exercer atividades como supervisão escolar e psicopedagogia, preservando, as atribuições exclusivas dos docentes. Além disso, irão atuar no fortalecimento de valores éticos e morais e nas funções administrativas para aprimorar a infraestrutura das escolas e a organização escolar.

Para participar da seleção, os colégios públicos devem ter de 500 a mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ou do ensino médio. As escolas com estudantes em situação de vulnerabilidade social e com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador que mede a qualidade das escolas, abaixo da média dos estados terão preferência. Além disso, é necessária a aprovação do modelo pela comunidade para a implementação.

No DF, na noite de ontem, a comunidade escolar do Centro Educacional 416 de Santa Maria votou sobre a implementação da gestão compartilhada na unidade. Até o fechamento desta edição o resultado da votação ainda não tinha sido divulgado. Em resultado favorável a escola se tornaria a décima no DF a aderir ao projeto.



Para reitores, desbloqueio de verbas do MEC é "boa notícia"

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O desbloqueio parcial do orçamento do Ministério da Educação (MEC) permitirá que universidades federais paguem as contas de setembro e outubro, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Nota divulgada por reitores informa que a liberação é uma boa notícia, mas as instituições ainda precisarão de mais recursos para fechar o ano com as contas em dia.

“É uma boa notícia. Ainda estamos identificando qual parcela desse valor é das universidades federais e qual é a dos institutos. Significa que as contas de setembro e outubro

poderão ser pagas”, disse, em nota divulgada pela entidade, o presidente da Andifes, João Carlos Salles.

Ontem (30), o MEC anunciou que destinará a universidades e institutos federais R\$ 1,156 bilhão, o equivalente a 58% do total de R\$ 1,99 bilhão da pasta desbloqueados pelo Ministério da Economia.

Com o desbloqueio, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com cerca de 15% dessas verbas contingenciadas.

Os recursos liberados serão usados, de acordo com a Andifes, nas despesas de custeio para funcionamento das universidades federais,

como energia, limpeza, vigilância, combustíveis, insumos para os laboratórios de ensino e pesquisa e a manutenção dos restaurantes universitários, que atendem os alunos carentes.

“Continuaremos a dialogar com o Congresso Nacional e o Governo Federal. Para completar o ano, as universidades federais precisam da liberação de 100% do orçamento previsto na LOA [Lei Orçamentária Anual] e, em alguns casos, de suplementação, pois existem dívidas de anos anteriores”, afirmou Salles.

A Andifes irá realizar, nos próximos dias, um levantamento preciso da situação de cada universidade. Ao todo, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.